

A MEMÓRIA REVISITADA: IDENTIDADE E PERTENCIMENTO EM *NIHONJIN*, DE OSCAR NAKASATO

Shirley de Souza Gomes Carreira¹

O tempo só existe porque se fazem coisas, umas após as outras,
e elas, quando são evocadas, surgem em novas realidades.
Oscar Nakasato (2011, p. 174)

RESUMO: Este trabalho consiste na análise do romance *Nihonjin* de Oscar Nakasato, vencedor do Prêmio Jabuti 2012, a fim de demonstrar como a ficção promove a representação das inter-relações entre memória e identidade no âmbito da imigração japonesa no Brasil. Ao abordar o choque cultural e o conflito entre as gerações de imigrantes, o romance promove uma reelaboração dos fatos históricos e, paralelamente, focaliza a relação entre memória individual e memória étnica. Ao longo do romance, o leitor acompanha a trajetória de Hideo, desde a sua partida do Japão através do olhar do neto, que em uma narrativa autoconsciente, recria a saga da família e prepara-se para começar a sua, na terra de seus ancestrais.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. Memória. Memória étnica. Pertencimento.

INTRODUÇÃO

A identidade enquanto conceito pode ser compreendida em dois planos distintos: o interno, que consiste na percepção de si como membro de uma comunidade e o externo, que corresponde ao reconhecimento desse pertencimento como identidade social.

Em sua interpretação do debate instaurado por Amy Gutman na obra *Multiculturalisme: différence at démocratie*, Jürgen Habermas coloca em evidência o que pensa ser consensual: o respeito pela identidade inconfundível de cada indivíduo, a par do seu sexo ou etnia, e o respeito pelas suas formas de ação, práticas e visões peculiares de mundo (HABERMAS, 2004, p. 240). Assim, pode-se dizer que a questão da identidade individual e da sua representação social depende em larga escala do reconhecimento (*Anerkennung*).

Estudos sobre a migração reportam-se frequentemente a fenômenos inerentes ao processo de integração de um indivíduo à nova terra, bem como ao que se convencionou denominar “choque cultural”, que envolve aspectos relativos ao reconhecimento do outro, à sua aceitação.

¹ Doutora em Literatura Comparada. UNIABEU.

<i>Revista Língua & Literatura</i>	FW	v. 16	n. 26	p. 87-98	Recebido em: 31 mar. 2014. Aprovado em: 29 jul. 2014.
--	----	-------	-------	----------	--

As possíveis formas de resposta à situação da migração comprovam a dependência da identidade face ao reconhecimento. Ao migrar, um indivíduo abre mão de referenciais que ancoram a sua identidade, como, por exemplo, a pátria, o seu lugar antropológico (AUGÉ, 1995), o seu idioma, os seus costumes. Essa é uma tripla ruptura, como afirma Rushdie (1991, p. 277-278): “Um migrante, na acepção completa da palavra, sofre, tradicionalmente, uma tripla ruptura: ele perde o seu “lugar”, adota uma língua estrangeira, e se vê cercado de pessoas cujo comportamento e códigos sociais são muito diversos dos seus”. Por mais que deseje manter os laços com a própria cultura, com a terra natal, a sobrevivência na pátria de adoção exige a integração, a adaptação.

Esse processo de integração pode ocorrer de formas diferenciadas (BERRY, 1997, p. 7), que variam de uma total assimilação, que afeta a identidade cultural e implica na rejeição das próprias raízes, à integração parcial, quando o imigrante é capaz de integrar-se ao novo ambiente sem, no entanto, abdicar dos seus referenciais identitários.

Nem sempre o imigrante consegue adaptar-se. Há situações em que se coloca à margem da sociedade em que está inserido, seja pela recusa de interação com os atores sociais, seja pela recusa de aprender o novo idioma, assume uma condição periférica, uma espécie de protesto identitário contra a condição de imigrante.

Sabemos, no entanto, que experimentamos identidades múltiplas, geradas em conformidade com os nossos diferentes interlocutores e com os cenários em que nos situamos (HALL, 2008).

Adaptar-se nem sempre significa negar. Erik Erikson (1968, p. 297) reporta-se a um tipo de identidade, a que denomina “*surrendered identity*”, que consiste em uma identidade latente, apenas “renunciada”, sujeita a uma práxis ditada pelas circunstâncias, mas que pode eclodir a qualquer tempo. Essa manipulação voluntária da identidade, gerada no processo de fricção interétnica, é, conforme afirma Oliveira (2006, p. 79) de ordem psicossocial.

Este preâmbulo se faz necessário à análise do romance *Nihonjin*, de Oscar Nakasato, sobre o qual nos debruçaremos tendo por parâmetro a inter-relação entre memória, identidade e pertencimento.

O reconhecimento de si como pertencente a um grupo implica no compartilhamento de um idioma, de costumes, de uma identidade étnica ou nacional. No caso específico do imigrante, há que recorrer ao conceito de “identidade traduzida”, originalmente formulado por Salman Rushdie, com a expressão “homem traduzido”, ao definir identidades que são

simultaneamente plurais e parciais (RUSHDIE, 1991). Essa dualidade do estatuto do imigrante é o cerne deste trabalho.

1 OS LAÇOS DA MEMÓRIA

A história da imigração japonesa no Brasil inicia-se em 18 de junho de 1908, data em que o vapor *Kasato Maru* atracou no porto de Santos, trazendo 781 imigrantes nipônicos. Todos haviam sido selecionados pela Companhia Imperial de Colonização Ltda. Vinham movidos pela busca de riqueza, uma vez que o Japão passava por um período de transformações políticas e econômicas ocasionadas pela Reforma *Meiji*.

Na época, o Brasil vivia uma grande expansão cafeeira, necessitando de um amplo contingente de mão de obra e, justamente por isso, a imigração passou a ser incentivada. Por outro lado, o governo italiano havia proibido seus cidadãos de aceitarem transporte subsidiado para o Brasil, pois as péssimas condições de vida nas fazendas geraram muitas revoltas. Em represália, as autoridades brasileiras acusaram os imigrantes italianos de engajamento político indesejado, fomentado pelo movimento anarquista, impondo restrições aos que desejavam emigrar para o Brasil. Ante a necessidade de mão de obra, os fazendeiros pressionaram o governo brasileiro para considerar a imigração japonesa como alternativa (TAKEUCHI, 2007)

A imagem do Brasil disseminada no Japão era a de uma terra em que era possível ganhar dinheiro e enriquecer com facilidade. Movidos pelo sonho de riqueza, muitos japoneses deixaram seu país, mas carregando com eles o compromisso do retorno. A ideia de uma ruptura temporária os acompanhou e talvez tenha sido a principal razão para a desilusão de muitos.

Às dificuldades para ganhar dinheiro na nova terra somavam-se outras, como a diferença climática, a cultura, a alimentação, os hábitos, além da dureza das condições de trabalho e o fato de que muitos imigrantes haviam contraído dívidas ao partir para o Brasil, o que tornava ainda mais difícil atingir os objetivos.

Esse é o *background* do romance *Nihonjin*, vencedor do prêmio Jabuti de 2012, que narra a história de gerações de uma família de imigrantes japoneses e revela a incompatibilidade entre sonhos, linguagens e vozes. Cabe ao neto do patriarca da família narrar a saga de Hideo Inabata, um japonês que emigrou de Kobe, Japão, para trabalhar nas fazendas de café do interior de São Paulo, e de seus descendentes.

A construção da narrativa em *Nihonjin*, perceptível nas palavras do narrador, repousa no diálogo entre as informações que obtém sobre o passado, por meio de fotografias, documentos e conversas com o avô e o tio, e a sua própria capacidade criativa, que preenche as lacunas do desconhecido:

Homens e mulheres se instauram em algum momento, depois o tempo impõe os extravios. O tempo – sua reta inflexível como o traçado de uma flecha certa no ar, sua norma inquestionável e singular— vai manchando as imagens, apagando algumas, gravando ruídos no verbo, e logo se duvida do que foi dito, ou se necessita preencher as elipses, realçar os contornos para que se possa ver, ou inventar traços em folhas em branco. Não se pode fiar em palavras [...](NAKASATO, 2011, p. 9).

A fragilidade da reconstituição da memória individual é evidenciada nessa passagem do texto e, ao mesmo tempo, permite ao narrador vislumbrar nesses fragmentos de memória a forma de reconstrução de uma outra, estendida, passível de incorporar-se à história pessoal de outros migrantes. Para o imigrante, rememorar é um ritual de conexão com as origens, para manter viva a identidade étnica e cultural.

Para Halbwachs (2004), as memórias são tecidas a partir da interação entre os indivíduos. Rememorar implica, assim, em contar histórias, de si próprio e do outro, engendrando a tessitura da memória coletiva.

Segundo Hobsbawm (1984), o imigrante procura reinventar a ideia de pátria-mãe no país de adoção por meio das tradições, das comemorações, de modo a reafirmar a própria identidade.

No romance, Hideo Inabata leva o ato de rememorar ao extremo, pois tenta compensar a distância geográfica da terra natal com uma idolatria da ideia de nação. Para ele, o Imperador, o trabalho, a família, a concepção patriarcal da sociedade, bem como a xenofobia tornam-se os alicerces de um purismo étnico que considera essencial à sobrevivência de sua própria identidade. É em nome dessa pureza étnica e pela certeza da superioridade dos japoneses que Hideo reprova Kimie, sua primeira esposa, por tentar fazer amizade com uma mulher negra, que conhecera na fazenda, no interior de São Paulo.

Os japoneses que emigraram para o Brasil viveram um período de isolamento, já que nas fazendas para onde foram enviados havia imigrantes de outras nacionalidades, como os italianos, por exemplo. Os contatos sociais eram reduzidos, como registra Okamoto (2008, p. 30), e substituídos pela dedicação ao trabalho.

No capítulo 1, há também uma passagem emblemática, que se reporta à fala de Hideo, quando este alardeia seu projeto de vida: ficar no Brasil de quatro a cinco anos e retornar para

abrir um pequeno restaurante em Yokohama. Ao ouvi-lo, os demais imigrantes japoneses, que o narrador imagina em um encontro no convés do navio, em viagem para o Brasil, retrucam tal otimismo com murmúrios de saudade do Japão e dos familiares. Assim diz o texto:

O Brasil ficava do outro lado do mundo, um lugar inimaginável, por mais que lhes dissessem que era uma ótima terra para ganhar dinheiro. Um país desconhecido, com homens estranhos, que podiam ser violentos, que poderiam querer impor normas difíceis ou até impossíveis de serem cumpridas por japoneses. Um país subdesenvolvido, onde podia haver epidemias. (NAKASATO, 2011, p. 13)

A resposta de Hideo revela o espírito com que muitos japoneses deixaram a terra natal:

[...] ter uma ideia tão negativa a respeito de nossa ida para o Brasil é falta de patriotismo, é um desrespeito ao imperador. Ele quer que emigremos, que fiquemos um tempo em terra estrangeira, mas que voltemos depois, com bastante dinheiro, e ajudemos no desenvolvimento do país. Será a nossa contribuição (NAKASATO, 2011, p. 14).

A contrapor o otimismo de Hideo, há o desencanto de Kimie, a quem nunca fora concedida voz, nem a capacidade de sonhar. Kimie é apresentada ao leitor como uma personagem cujo estatuto está a meio termo entre o real e o ficcional; recuperada pela memória de Hideo em uma de suas conversas com o neto, mas recriada pela imaginação deste: “Mas gostei de Kimie, interessei-me por ela. Pensei nela como personagem, alguém que nasceu da espera pela neve numa fazenda no interior de São Paulo”. (p. 11)

A ela cabe a maior decepção, ao ver a casa que habitariam na fazenda. O “cheiro que lhe parecia um pouco de urina, um pouco de comida estragada”, o piso de terra batida, os cômodos isolados por cortinas velhas penduradas em arame, a absoluta falta de móveis, acrescida da impossibilidade de comunicação em outra língua, dão a dimensão da angústia de Kimie.

Dados sobre a dureza da vida dos imigrantes japoneses nas fazendas são representados no romance, como o fato de que, ao chegarem, eles encontravam casas caindo aos pedaços, vazias, e que tinham de fabricar seus móveis ou comprá-los na cidade, o que acabava se tornando muito difícil, devido ao fato de que o pagamento dependia da produção.

Em *Nihonjin*, a agravar a situação havia o fato de que Kimie não dividiria esse espaço apenas com o marido. Em 6 de novembro de 1907, a Companhia Imperial de Colonização firmara um contrato com o governo de São Paulo, cujo objetivo era a vinda de 3000

agricultores japoneses. No entanto, deveria haver ao menos três membros em cada família, ou seja, deveria haver no mínimo “três enxadas” (TAKEUCHI, 2007, p. 18).

Como os parentes de Hideo e Kimie não quiseram acompanhá-los, eles se viram na necessidade de aceitar a presença de um agregado. Jintaro, o terceiro “membro” da família, carpinteiro em sua terra natal, juntara-se a Hideo na esperança de conseguir dinheiro e retornar. Ao aceitar viver sob o mesmo teto de Hideo, aceitara também a subordinação à liderança do outro.

A fragilidade de Kimie, vista por Hideo, como fraqueza, é contemplada por Jintaro de outro modo. Sensível, dado a escrever poemas à luz da lamparina, ele conseguia compreender as inquietações da alma da mulher. Seus poemas reportavam-se à sua memória do Japão: a vermelhidão do céu no outono, o manto branco da neve sobre as cerejeiras no inverno, o canto do rouxinol a saudar a primavera e o canto das cigarras nas noites de verão.

A breve relação amorosa entre Kimie e Jintaro reproduz também uma situação verossímil: a criação de um triângulo amoroso em função da constituição de famílias artificiais, sem laços de parentesco. O vínculo familiar, que originalmente contribui para o sentimento de pertença, não exerce o seu caráter integrador nesses casos, gerando insatisfação, competição e desavenças.

Segundo Takeuchi (2007, p. 21), os agregados eram os primeiros a abandonar a dura vida como trabalhadores contratados, fato também representado no romance, com a partida de Jintaro.

A falta de avaliação dos candidatos por parte da Companhia Imperial de Imigração fez com que muitos japoneses que não eram agricultores, como Jintaro, viessem trabalhar nas lavouras. Suas mãos, longamente dedicadas a outros afazeres, provaram ser inadequadas à derriçagem do café e à tarefa de descascar o arroz.

A inadequação de Kimie é emblemática, pois, com a sua pele fina, sofria mais que todos, mesmo com o esforço de Hideo e Jintaro para poupá-la do serviço pesado. Mas ainda que consciente disso, Hideo volta e meia exclamava: “— Que mulher mole fui arranjar!” (p. 39)

A diferença de costumes foi um dos maiores obstáculos à adaptação dos primeiros imigrantes japoneses. Segundo Takeuchi, além do despreparo para o trabalho nas lavouras, havia ainda problemas nutricionais provocados pela estranheza em relação à alimentação brasileira: “muitos começaram a economizar na comida e terminavam por adoecer por falta de

calorias e proteínas” (TAKEUCHI, 2007, p. 21). A diferença climática também teve o seu papel e é representada no romance.

Hideo, ao conversar com o neto sobre os primeiros tempos de sua estada no Brasil, ri da ingenuidade de Kimie, que, em seu primeiro inverno no Brasil, ficara à espera da neve:

Em seu primeiro inverno no Brasil, Kimie esperou pela neve. Foi o que me chamou a atenção. A gênese, genuína, inscrita no passado de ojiichan. A partir dela surgiram os demais, algumas partes exatas, outras inexatas, pois a escritura precisa é de papel e tinta. As conversas com vovô, as entrevistas com tio Hanashiro, as leituras do livro de Tomoo Handa e a minha mania de arquitetar com palavras: eis a história (NAKASATO, 2011, p. 39).

No relato do narrador, Kimie, com os olhos marejados “via” a neve; aquela que caía nas suas lembranças e que amenizava a tristeza, bem como a sua permanente sensação de inadequação. Aquele passara a ser o seu ritual no inverno: ficar à janela observando a neve imaginária cair. Ritual só interrompido com a partida de Jintaro; até que, em seu último inverno, Kimie ousou abrir a porta e ver de perto o cafezal coberto de branco. Foi onde a encontraram; já morta.

A trajetória de Kimie denota a sua dificuldade de adaptação à nova terra, bem como a complexidade de sua configuração identitária: sua afasia social, sua certeza de estar no lugar errado, sua incapacidade de lidar com a saudade, de destituir-se de parte de suas raízes em prol de uma identidade mista que lhe permitisse uma existência mais esperançosa e menos infeliz em terras brasileiras.

A memória é o principal laço do imigrante com a terra natal e a sua fragilidade é, uma vez mais, evidenciada no capítulo 2:

As cartas ficaram por muito tempo guardadas em uma caixa de papelão, mas se perderam na última mudança. Na memória de ojiichan, elas estavam embaralhadas, sem ordem cronológica, algumas descartadas pelo esquecimento. Uma, principalmente, reeditava-se de vez em quando, com pequenas falhas de impressão, que ojiichan procurava corrigir, talvez acrescentando dados para que sua história tivesse coerência. (NAKASATO, 2011, p. 46).

É *Mnemosyne* quem “permite unir aquilo que fomos ao que somos e ao que seremos” (CANDAUI, 2012, p. 59). A perda da memória equivale à perda da identidade. Hideo tenta compensar o esquecimento com a reelaboração dos fatos. Para Schnitzler (apud MUXEL, 1996, p. 190), “a falsificação da lembrança é a vingança impotente de nossa memória face o caráter irrevogável de tudo o que ocorreu”.

2 IDENTIDADES EM CONFLITO

Nihonjin aborda objetivamente não apenas o choque cultural, mas também o conflito entre as gerações de imigrantes e as dificuldades geradas pela xenofobia durante o Estado Novo (1937-1945).

Após a morte de Kimie, Hideo se vira obrigado a adotar o papel de agregado, pois já não poderia ocupar uma casa sozinho. Seu contrato seria rescindido se não o fizesse. Assim, juntara-se aos Mikimura, apesar do forte sentimento de humilhação que isso lhe causara. Após algum tempo, o chefe da família, Toshio, o chamara e propusera-lhe o casamento com Shizue, sua filha. Unidos, arrendaram um sítio e passaram a trabalhar em sua própria terra. O tempo passara e nasceram-lhe seis filhos.

Ao contrário dos amigos, Hideo não se conformava com a ideia de permanecer no Brasil, aceitando-o como sua nova terra. A morte da mãe, que sempre se perguntava por que o filho não retornava, já que havia prometido que seriam apenas quatro ou cinco anos, dá-lhe a certeza de que não será possível retornar.

Os filhos começam a sentir o peso de serem japoneses, ao se verem alvo de brincadeiras maldosas na escola. Apesar dos esforços do pai, que sempre lhes dizia que deveriam orgulhar-se de serem japoneses e unirem-se para não se sentirem fracos, Haruo começa a perceber a sua identidade cindida: na escola é brasileiro; em casa, *nihonjin*:

Então explicou primeiro que a professora tinha razão, já que ele tinha nascido no Brasil. Portanto, no documento, na certidão de nascimento, ele era brasileiro. Mas era só um papel, e um papel se perde, vira cinza numa fogueira, e ter nascido no Brasil fora uma imposição do destino[...] – E na alma, você é japonês. Você tem o espírito japonês. E na cara também. O que adianta você sair por aí dizendo que é brasileiro? Todos olham você e sabem que é japonês. (NAKASATO, 2011, p. 67).

A resposta de Haruo enfurece o pai: “eu sinto que meu coração é brasileiro”. O castigo — sentir vários palitos de incenso queimarem nas costas até o fim, deixando sua marca na pele— é suportado, deixando como lição não a necessidade de pensar como *nihonjin*, mas a certeza de que “não poderia dizer ao pai o que ele não queria ouvir” (p. 68).

No dia seguinte, depois de reclamar com a professora de Haruo, Hideo faz o trajeto para casa refletindo sobre algo que lhe haviam dito: que o imperador do Japão havia enganado os agricultores pobres e os desempregados da cidade, dizendo que deviam emigrar porque poderiam ganhar dinheiro rapidamente no Brasil; que, na verdade, aquele fora um projeto para

expulsar a população pobre. A caminho de casa, Hideo, que a princípio pensara em tirar Haruo da escola, muda de ideia, e acaba por decidir que todos os filhos, exceto Hanashiro, o primogênito, que o ajuda na lavoura, devem ir à escola, aprender bem o português, para não serem enganados no futuro.

A inadequação de Haruo ao modelo de conduta que o pai lhe oferece, leva-o a ser displicente com os estudos e alvo de reclamações dos professores. A obsessão do rapaz resume-se em querer ser igual a todos os outros. Igualdade impossível após a Revolução de 1930 e durante o Estado Novo, quando uma onda xenofóbica tomou o país.

Conforme afirma Takeuchi (2007), a língua japonesa foi proibida nas ruas e nos estabelecimentos comerciais, e a cultura japonesa considerada incompatível de coexistir com a brasileira. As reuniões comemorativas foram igualmente proibidas e até mesmo para mudar de residência havia a necessidade de comunicação à Superintendência de Segurança Política e Social.

A figura histórica de Francisco José de Oliveira Vianna é reelaborada na ficção, onde surge como o personagem que se envolve em uma briga com Hideo, após expressar sua rejeição aos japoneses:

— Nós nunca seremos um país desenvolvido com tantos negros e amarelos atravancando o nosso progresso [...] já vemos o desastre causado pela mistura de brancos e negros, essa raça degenerada que começa a frequentar nossos salões, logo teremos um bando de mestiços de japoneses e brancos infestando nossas ruas (NAKASATO, 2011, p. 87).

Hideo continuava fiel aos seus princípios e à tradição; era “uma ponte firme que levava seus filhos ao Japão” (p. 98); ponte que Haruo se negava a atravessar. Para Haruo, alguns desses princípios eram absurdos, como o fato de que as mulheres não podiam sentar-se à mesa com o marido e os filhos, exigindo delas respeito e silêncio. Haruo trazia dentro de si a certeza de que, embora respeitasse o Japão como terra dos seus antepassados, era o Brasil que tinha como pátria.

Dos seis filhos, apenas Haruo e Sumie se rebelam ante a vontade do pai. O primeiro, embora ainda apegado à família, defende suas ideias; a segunda, após abandonar o marido, com quem fora obrigada a se casar, e os filhos por um amor da juventude, vê-se rejeitada por todos.

O romance se reporta ainda à criação de sociedades secretas, como a *Shindô-Renmei*, organização que perseguiu e levou à morte muitos japoneses que passaram a considerar o

Brasil o seu verdadeiro lar. A colônia, ao fim da Segunda Guerra, estava dividida entre “derrotistas” (os que divulgavam o reconhecimento da derrota por parte do imperador Hiroito) e os “vitoristas”, que insistiam em manter o mito do Japão invencível.

Hideo e Haruo colocam-se em lados opostos, o primeiro ainda idolatrando a terra natal, o segundo desejando que, de algum modo, os japoneses e seus descendentes percebam a derrota. Quando o filho foge para a casa do sogro, tentando escapar à sentença de morte da *Shindô-Renmei*, da qual sempre fora colaborador, Hideo o segue, no intuito de convencê-lo a esconder-se em outro lugar, e, involuntariamente, fornece aos assassinos o paradeiro do filho, que é assassinado.

Hideo envelhece sem ter tido a oportunidade de compreender seus próprios erros e de redimir-se com o filho. Semelhantemente, deixa de conceder o perdão à filha, Sumie, embora a recorde todos os dias.

O apego à tradição faz com que Hideo divida o mundo entre *nihonjin* (japonês) e *gaijin* (estrangeiro), sem dar-se conta de que o contato entre duas culturas promove mudanças em ambas. Muito embora a era Vargas tenha sido um período em que o único processo de aculturação permitido era a assimilação, a tradição sobreviveu e foi paulatinamente incorporada aos hábitos dos brasileiros, quer na alimentação, quer nos esportes, quer na religião.

Quando o neto – o narrador– decide ir para o Japão, como *dekassegui*, assumindo para si trajetória idêntica à do avô, este teme que, como ele, o neto nunca retorne à sua terra. Não compreende que para o neto a viagem é como um retorno, um reencontro com algo que nunca viu, e que, no entanto, permanece dentro dele: a herança que lhe fora legada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação conturbada de Hideo e Haruo em *Nihonjin* evidencia um fato corriqueiro nos processos migratórios: o choque entre gerações.

Um aspecto fundamental da experiência migratória é a redefinição das identidades culturais e nacionais, que ocorre quando os indivíduos deixam uma sociedade ou uma cultura e tornam-se parte de outra. Hideo recusa-se a reconhecer a experiência de uma identidade cindida. A voz de Haruo, por outro lado, enuncia-se a partir do “terceiro espaço”, mencionado por Homi Bhabha (1996), lócus das trocas culturais.

A identificação da primeira geração com o local de origem é diferente daquela das gerações seguintes, uma vez que é pautada na memória e na experiência da ruptura e do deslocamento, gerando a necessidade de formar uma nova rede social e de negociar novas realidades econômicas, políticas e sociais (BRAH, 1996, p. 194). Há no imigrante de primeira geração a preocupação com a manutenção da memória étnica, com a sua transmissão às gerações seguintes.

As novas gerações, por não terem experimentado o isolamento vivido pelos primeiros imigrantes, têm outras necessidades, não encontrando sentido na manutenção rigorosa da tradição e da cultura de uma terra que não chegaram a conhecer.

Alguns, como o narrador, trazem no imaginário o peso de um desejo não realizado pelos antepassados, que acaba por configurar-se como uma tarefa ainda por cumprir. O retorno dos descendentes é parte desse pacto com as origens.

MEMORY REVISITED: IDENTITY AND BELONGING IN OSCAR NAKASATO'S NIHONJIN

ABSTRACT: This work consists in analyzing the novel *Nihonjin*, by Oscar Nakasato, winner of Jabuti Award 2012, in order to demonstrate how fiction promotes the representation of the interrelationships between memory and identity in the context of Japanese immigration to Brazil. Addressing the cultural clash and the conflict between generations of immigrants, the novel promotes a reworking of historical facts and, in parallel, focuses on the relation between individual memory and ethnic memory. Throughout the novel, the reader follows the trajectory of Hideo, since his departure from Japan through the eyes of his grandson, who, in a self-conscious narrative, recreates the saga of the family and prepares to start his own in his ancestors' land.

KEYWORDS: Memory. Identity. Belonging. Ethnic memory.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. *Non-places: introduction to an anthropology of supermodernity*. London; New York: Verso, 1995.

BERRY, John W. Immigration, acculturation, and adaptation. *Applied Psychology: An International Review*, Paris, v. 46, n. 1, p. 5-34, 1997.

BHABHA, Homi. Culture's In-Between. In: HALL, Stuart; GAY, Paul du (Org.). *Questions of Cultural Identity*. Londres: Sage Publications, 1996. p. 53-60.

BRAH, Avtar. Diaspora, border and transnational identities. In: _____. *Cartographies of diaspora: contesting identities*. London; New York: Routledge, 1996. p. 178-248.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

ERIKSON, Erik. *Identity, youth and crisis*. Nova York: W.W. Norton & Co. Inc., 1968.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: Estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

HOBBSBAWN, Eric. *Introdução à Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MUXEL, Anne. *Individu et mémoire familiale*. Paris: Nathan 1996.

NAKASATO, Oscar. *Nihonjin*. São Paulo: Benvirá, 2011.

OLIVEIRA, Roberto C. de. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: UNESP, 2006.

OKAMOTO, Mary Yoko. *Imigração japonesa. Rupturas e reconstrução de vínculos afetivos*. São Paulo: Arte e Ciência, 2008.

RUSHDIE, Salman. *Imaginary Homelands. Essays and Criticism 1981-1991*. London: Granta/Penguin, 1991.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Japoneses. A saga do povo do sol nascente. Série Lazuli. Imigrantes no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.